RECLAMAÇÃO Nº , DE 2018

(DO SR. GUILHERME MUSSI)

Reclama contra o recebimento do Requerimento de Urgência nº 8633/2018 ao mesmo tempo em que solicita sua devolução aos autores, pelas razões que especifica.

Senhor Presidente,

Reclama, com base nos arts. 96, 104, §4ºe 156, combinados, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, contra o recebimento da reapresentação do Requerimento de Urgência nº 8633/2018, sem autorização do Plenário e na mesma Sessão Legislativa, para tramitação do PLP nº 461 de 2017, do Senado Federal, que dispõe sobre o padrão nacional de obrigação acessória do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), de competência dos Municípios e do Distrito Federal, ao mesmo tempo em que solicita, dada a antirregimentalidade de sua tramitação, sua devolução aos autores.

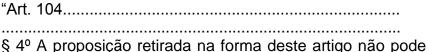
Sala das Sessões, em 22.05.2018.

Deputado Guilherme Mussi PP-SP

JUSTIFICATIVA

Diz o art. 156 do RICD, que "a retirada do requerimento de urgência, bem como a extinção do regime de urgência, atenderá às regras contidas no art. 104." O art. 104, de sua vez, estabelece que a retirada de requerimento de

urgência, no caso de iniciativa coletiva, será feita a requerimento de, pelo menos, metade mais um dos subscritores da proposição (§2º, art. 104, RICD). E, no §4º do mesmo dispositivo, assevera o RICD, que isso acontecendo, não poderá a proposição retirada ser reapresentada na mesma sessão legislativa, sem autorização prévia do Plenário. É o que diz expressamente o artigo mencionado, *verbis*:



§ 4º A proposição retirada na forma deste artigo não pode ser reapresentada na mesma sessão legislativa, **salvo deliberação do Plenário**."

A ressalva "salvo deliberação do Plenário", a toda clareza, condiciona novo requerimento de urgência, à deliberação do Plenário. Com isso, novo requerimento de urgência para tramitação de mesma matéria, no caso o PLP 461/2017, só poderá ser reapresentado na mesma sessão legislativa após prévia e específica autorização do Plenário nesse sentido. Enquanto tal autorização não for dada pelo Plenário nenhum requerimento para tramitação do PLP 461/2017 poderá sobreviver por absoluta falta de amparo regimental.

A impossibilidade regimental para que o Requerimento nº 8633/2018 de 15.05.2018 tramite na Câmara dos Deputados, então, é evidente, já que esse requerimento possui exatamente o mesmo objeto do Requerimento de Urgência n. 8249/2018 retirado por força do despacho de 12.04.2018 de Vossa Excelência, que deferiu o Requerimento nº 8.414/2018 de 11.04.2018, nos seguintes termos:

"Defiro a retirada do Requerimento n. 8.249/2018, nos termos dos artigos 104, § 2º, e 156 do RICD. Publique-se."

Em outras palavras: tendo sido retirado o Requerimento n. 8.249/2018 atendendo às regras contidas no art. 104 do RICD, o PLP nº 461 de 2017, do Senado Federal, <u>só poderá ser objeto de novo requerimento de urgência em nova sessão legislativa</u>.

Isto posto, reclama, com base nos arts. 96, 104, §4º e 156, combinados, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, contra o recebimento do Requerimento de Urgência nº 8633/2018, ao mesmo tempo em que solicita, pelas razões expostas, seja negada a possibilidade de sua tramitação nessa sessão legislativa sob o regime de urgência por absoluta falta de amparo regimental, e em virtude disso, seja o requerimento em questão devolvido aos autores.

Sala das Sessões, em 22.05.2018.

Deputado Guilherme Mussi PP-SP